

Modelo de Governo

2017/2019 - Conselho de Administração

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Dr. António Franklim Ribeiro Ramos		
Vogal executiva	Dr.ª Maria Manuela Mota Duarte	Resolução Nº 77/2017, do Conselho de Ministros - Diário da República, 1ª Série – Nº 109 – 6 de junho de 2017	2017-2019
Vogal executivo	Dr. Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva		
Diretor Clínico*	Dr. António Manuel Monteiro Fradão a)		
Diretor Clínico**	Professora Doutora Maria Cristina Pinto Brás Roque		
Enf. Diretora	Enf.ª Maria do Rosário dos Reis Vieira Rodrigues		
Diretor Clínico*	Dr.ª Fátima Cristina Mira da Fonseca	Resolução Nº 68/2018, do Conselho de Ministros -Diário da República, 1ª Série – Nº 100 – 24 de maio de 2018	

Conselho Fiscal

Presidente	Dr. Carlos Alberto da Silva e Cunha	Despacho conjunto de Suas Excelências os Secretários de Estado da Saúde e do Tesouro (20/03/2018)	2018-2020
Vogal	Dr. André Miguel Andrade e Silva Junqueira Mendonça		
Vogal	Dr.ª Ana Filipa dos Santos Gonçalves		
Vogal Suplente	Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares		

Revisor Oficial de Contas

Efetivo	Ribeiro, Pires & Sousa, SROC n.º 90 Representado por Dr. Rui Alberto Machado de Sousa ROC n.º 668	18-11-2014	2014-2016
Suplente	Dr. Manuel Calvão Pires, ROC n.º 672		

Conselho Consultivo

Presidente	Término do mandato a novembro de 2017. Aguarda-se nomeação do novo Conselho Consultivo
------------	--

* Diretora Clínica para a área dos cuidados de saúde primários

** Diretora Clínica para a área dos cuidados hospitalares

a) renuncia ao cargo

2014/2016 - Conselho de Administração

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Dr. António Franklim Ribeiro Ramos		
Vogal (1)	Dr.ª Maria Manuela Mota Duarte	Resolução n.	
Diretor Clínico	Dr. António Manuel Monteiro Fradão	23/2014, Conselho	2014-2016
Enf. Diretora	Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	de Ministros	
Vogal (2)	Dr. Pedro Miguel da Silva Morais		
Fiscal Único			
Efetivo	Ribeiro, Pires & Sousa, SROC n.º 90 Representado por Dr. Rui Alberto Machado de Sousa ROC n.º 668		
Suplente	Dr. Manuel Calvão Pires, ROC n.º 672	18/11/2014	2014-2016
Conselho Consultivo			
Presidente	Dr. Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes	Desp MS n.º 13477 /2014 de 20 de Outubro	2014-2016

Estatuto remuneratório fixado

1. Conselho Administração

Mandato 2017/2019

De acordo com o Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, e tendo em conta a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, com as adaptações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, que atribui ao Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE a classificação (B) e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, a remuneração será determinada em função daquele enquadramento legal, da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às funções e das orientações decorrentes da aplicação dos artigos 24.º e 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação.

Presidente:

- Remuneração de 4.770,08 euros, 14 vezes por ano;
- Despesas de representação de 1.397,89 euros, 12 vezes por ano;
- Remuneração total ilíquida 6.167,97 euros.

Restantes Vogais:

- Remuneração de 3.433,20 euros, 14 vezes por ano;
- Despesas de representação de 1.373,28 euros, 12 vezes por ano;
- Remuneração total ilíquida de 4.807,11 euros.

Sobre os valores apresentados dos Vogais, foi aplicada a redução de 5%, nos termos do Artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (redução de 5% nos vencimentos dos gestores públicos), o que perfaz a remuneração base ilíquida de 3.261,54€ e 1.304,54€ respetivamente;

- Sobre estes valores é aplicado o Artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;

Todavia, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), da aplicação das regras de fixação de remuneração estabelecidas pelo EGP não pode resultar, em cada empresa, um aumento da remuneração efetivamente paga aos respetivos gestores pelo que se mantém a remuneração do Presidente fixada em 01.03.2012 abaixo discriminada sobre a qual incidirá as reduções mencionadas.

Refira-se ainda que, optaram pela remuneração do lugar de origem:

- a) O Dr. Franklim Ramos, Presidente do Conselho de Administração, sendo o seu valor após a aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 4.770,80€ e após a aplicação da Lei n.º 159-A/2015 de 30 de dezembro, para 4.484,55€. As Despesas de Representação passaram para 1.397,89€, depois da aplicação da Lei n.º 159-A/2015 para 1.314,02€.

- b) O Dr. António Manuel Monteiro Fradão, Diretor Clínico dos Cuidados Primários também optou nos termos da lei pelo vencimento da categoria de origem, sendo após a aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 5.054,04€. O montante auferido a título de Despesas de Representação é de valor igual aos restantes vogais.

- c) A Professora Doutora Maria Cristina Pinto Brás Roque, Diretora Clínica Hospitalar também, optou nos termos da lei pelo vencimento da categoria de origem, sendo o seu valor mensal de 3.647,83€. O montante auferido a título de Despesas de Representação é de valor igual aos restantes vogais.

Mandato 2014/2016

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, a partir de abril/2012 é regulada pelo Estatuto do Gestor Público publicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro (que dá nova redação ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 28 de março) conjugado com as RCM 18/2012, de 21 de fevereiro e RCM n.º 36/2012, de 26 de Março, tendo sido atribuída à Unidade Local

de Saúde a classificação correspondente ao nível B (75%) que corresponde aos valores seguintes:

Presidente:

- Remuneração de 4.770,08 euros, 14 vezes por ano;
- Despesas de representação de 1.397,89 euros, 12 vezes por ano;
- Remuneração total ilíquida 6.167,97 euros.

Restantes Vogais:

- Remuneração de 3.433,20 euros, 14 vezes por ano;
- Despesas de representação de 1.373,28 euros, 12 vezes por ano;
- Remuneração total ilíquida de 4.807,11 euros.

Sobre os valores apresentados dos Vogais, foi aplicada a redução de 5%, nos termos do Artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (redução de 5% nos vencimentos dos gestores públicos), o que perfaz a remuneração base ilíquida de 3.261,54€ e 1.304,54€ respetivamente;

- Sobre estes valores é aplicado o Artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;

Todavia, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), da aplicação das regras de fixação de remuneração estabelecidas pelo EGP não pode resultar, em cada empresa, um aumento da remuneração efetivamente paga aos respetivos gestores pelo que se mantém a remuneração do Presidente fixada em 01.03.2012 abaixo discriminada sobre a qual incidirá as reduções mencionadas.

Refira-se ainda que, optaram pela remuneração do lugar de origem:

- a) O Dr. Franklim Ramos, Presidente do Conselho de Administração, sendo o seu valor após a aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 4.770,80€ e após a aplicação da Lei n.º 159-A/2015 de 30 de dezembro, para 4.484,55€. As Despesas de Representação passaram para 1.397,89€, depois da aplicação da Lei n.º 159-A/2015 para 1.314,02€.

- b) O Dr. António Manuel Monteiro Fradão, Diretor Clínico dos Cuidados Primários também optou nos termos da lei pelo vencimento da categoria de origem, sendo após a aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 5.054,04€ e após a aplicação da Lei n.º 159-A/2015 de 30 de dezembro, do montante de 4.750,80€. O montante auferido a título de Despesas de Representação é de valor igual aos restantes vogais.

2. Fiscal Único

Mandato 2014/2016

Pelo despacho de 18 de novembro de 2014 da Secretária de Estado do Tesouro são designados para a Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E., para o triénio 2014-2016, o Fiscal Único Efetivo Ribeiro, Pires, Sousa & Associados, SROC, Lda. inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 90 e na CMVM com o n.º 20161417, representada pelo Dr. Rui Alberto Machado de Sousa (n.º 668). O Fiscal Único Suplente o Dr. Manuel Calvão Pires, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 672.

A remuneração anual ilíquida do Fiscal Único efetivo da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., será a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração desta Instituição e o respetivo Fiscal Único, em harmonia com o estabelecido nos artigos 59º e 60º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantidade correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E.

Ao valor mensal determinado são aplicadas as reduções remuneratórias vigentes, bem como outras que vierem a ser legalmente determinadas.

Ao valor da prestação de serviços, pagos doze vezes ao ano, acresce o IVA, à taxa legal em vigor.

Mandato 2011/2013

Pelo Despacho de 22 de março de 2012 do Ministério das Finanças é renovado o mandato do órgão de fiscalização da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E., para o triénio 2011-2013.

A remuneração anual ilíquida do fiscal único efetivo da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., será a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração desta Instituição e o respetivo Fiscal Único, em harmonia com o estabelecido nos artigos 59º e 60º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantidade correspondente a 12 meses do vencimento de base ilíquido atribuído, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., sem prejuízo do previsto no n.º 1 do artigo 12.º da lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, no artigo 19.º da lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e das reduções futuras que vierem a ser legalmente definidas.

3. Conselho Fiscal

Mandato 2018/2020

Despacho conjunto de Suas Excelências os Secretários de Estado da Saúde e do Tesouro (20/03/2018):

“Considerando que:

O Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E. P. E. (HSOG, E.P.E.) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2015, de 25 de agosto, e a Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., (ULS do Alto Minho, E.P.E.) através do Decreto-Lei n.º 183/2008, de 4 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 12/2009, de 12 de janeiro;

O HSOG, E.P.E e a ULS do Alto Minho, E.P.E. regem-se pelos Estatutos aprovados e publicados, respetivamente, nos Anexos II e III ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, que estabelece, entre outros, os princípios e regras aplicáveis às unidades de saúde que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS), com a natureza de entidade pública empresarial;

Nos termos do n.º 1 do artigo 15.º dos referidos Estatutos, a fiscalização e controlo da legalidade da gestão financeira e patrimonial das entidades públicas empresariais e das unidades de locais de saúde, E.P.E., abrangidas pelo regime constante da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria (RJSA), é exercida por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro daquele órgão, obrigatoriamente de entre os auditores registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;

O HSOG, E.P.E. e a ULS do Alto Minho, E.P.E., qualificadas como entidades de interesse público, nos termos da alínea I) do artigo 3.º do RJSA, publicado em anexo à Lei n.º 148/2015, devem dispor de um conselho fiscal, constituído por três membros efetivos e por um suplente, sendo um deles o presidente do órgão, nomeados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, por um período de três anos, renovável por uma única vez;

A remuneração dos membros do conselho fiscal é fixada no despacho de nomeação dos respetivos membros, atendendo ao grau de complexidade e de exigência inerente ao exercício do respetivo cargo e tendo em conta os critérios de classificação dos hospitais E.P.E., fixados na resolução do Conselho de Ministros a que se refere o n.º 4 do artigo 28.º do Estatuto do Gestor Público;

O HSOG, E.P.E. e a ULS do Alto Minho, E.P.E. têm, ambas, a classificação de B (75%), de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março,

alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, n.º 45/2013, de 19 de julho, n.º 48/2013, de 29 de julho, e n.º 11/2015, de 6 de março;

O enquadramento remuneratório dos membros dos conselhos fiscais das empresas públicas integradas no serviço nacional de saúde e qualificadas como entidades de interesse público consta do Anexo à Informação n.º 36/2017, de 6 de novembro, do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro, a qual foi objeto de concordância pelo Despacho n.º 941/17-SET, da mesma data, daquele membro do Governo, e de Despacho do, então, Secretário de Estado da Saúde, datado de 15 de novembro;

Deve ser observado o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa, aprovado pela Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Assim, nos termos do artigo 15.º dos Estatutos do HSOG, E.P.E. e da ULS do Alto Minho, E.P.E., aprovados e publicados, respetivamente, nos Anexos II e III ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, determina-se:

- 1) Designar, para o mandato 2018-2020, os seguintes membros comuns do Conselho Fiscal do HSOG, E.P.E. e do Conselho Fiscal da ULS do Alto Minho, E.P.E.:

Presidente: Dr. Carlos Alberto da Silva e Cunha

Vogal: Dr. André Miguel Andrade e Silva Junqueira Mendonça Vogal: Dr.ª Ana Filipa dos Santos Gonçalves

Vogal Suplente: Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares

- 2) Fixar as remunerações mensais ílquidas dos membros de cada Conselho Fiscal, a suportar pelas respetivas entidades públicas empresariais, nos seguintes termos:

- a) HSOG, E.P.E.

Presidente: 901,34 euros, a pagar catorze vezes ao ano; e

Vogal: 676,00 euros, a pagar catorze vezes ao ano.

- b) ULS do Alto Minho, E.P.E.

Presidente: 901,34 euros, a pagar catorze vezes ao ano; e

Vogal: 676,00 euros, a pagar catorze vezes ao ano.

- 3) Aos valores mensais determinados são aplicadas as disposições legalmente vigentes que os tomem por objeto em cada momento.
- 4) Para o efeito previsto no n.º 4 do artigo 15.º dos respetivos Estatutos, o Conselho Fiscal do HSOG, E.P.E. e o Conselho Fiscal da ULS do Alto Minho, E.P.E. deverão apresentar

aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, uma proposta fundamentada para a nomeação do revisor oficial de contas, no prazo de 30 dias a contar da data da presente designação.”

Remunerações e outras regalias (valores anuais)

1. Conselho Administração Remunerações 2017

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2017/2019	Presidente	Dr. António Franklim Ribeiro Ramos	Resolução Nº 77/2017, do Conselho de Ministros - Diário da República, 1ª Série – Nº 109 – 6 de junho de 2017	04-05-2017	Sim	ULSAM	ULSAM	3
2017/2019	Vogal Executivo	Dr.ª Maria Manuela Mota Duarte			Não	ULSAM	ULSAM	3
2017/2019	Vogal Executivo	Dr. Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva			Não	ULSAM	ULSAM	2
2017/2019	Diretor Clínico*	Dr. António Manuel Fradão			Sim	ULSAM	ULSAM	3
2017/2019	Diretora Clínica**	Professora Doutora Maria Cristina Pinto Brás Roque			Sim	ULSAM	ULSAM	1
2017/2019	Enfermeira Diretora	Enf.ª Maria do Rosário dos Reis Vieira Rodrigues			Não	ULSAM	ULSAM	1

* Diretor Clínico para a área dos cuidados de saúde primários

** Diretora Clínica para a área dos cuidados hospitalares

(1) Indicar resolução

(2) Opção pela remuneração do Lugar de Origem - previsto no n.º 6 do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do CA	Acumulações de funções		
Nome	Entidade	Função	Regime (Público/Privado)
Dr. António Franklim Ribeiro Ramos	n.a	n.a	n.a
Dr.ª Maria Manuela Mota Duarte	n.a	n.a	n.a
Dr. Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva	n.a	n.a	n.a
Dr. António Manuel Fradão	n.a	n.a	n.a
Professora Doutora Maria Cristina Pinto Brás Roque	n.a	n.a	n.a
Enf.ª Maria do Rosário dos Reis Vieira Rodrigues	n.a	n.a	n.a

Membro do CA	Estatuto de Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
Nome	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas Representação
Dr. António Franklim Ribeiro Ramos	S	B	4.770,80 €	1.397,89 €
Dr.ª Maria Manuela Mota Duarte	S	B	3.261,54 €	1.304,54 €
Dr. Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva	S	B	3.261,54 €	1.304,54 €
Dr. António Manuel Fradão	S	B	5.054,04 €	1.304,54 €
Professora Doutora Maria Cristina Pinto Brás Roque	S	B	3.647,83 €	1.304,54 €
Enf.ª Maria do Rosário dos Reis Vieira Rodrigues	S	B	3.261,54 €	1.304,54 €
			19.609,46 €	6.616,05 €

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
Nome	Fixa (1)	Variável (2)	Bruta (3) = (1)+(2)	Redução remuneratória (4)	Valor final (5) = (3)-(4)
Dr. António Franklim Ribeiro Ramos	83.566 €	n.a	83.566 €	0 €	83.566 €
Dr.ª Maria Manuela Mota Duarte	61.316 €	n.a	61.316 €	0 €	61.316 €
Dr. Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva	61.316 €	n.a	61.316 €	0 €	61.316 €
Dr. António Manuel Fradão	86.411 €	n.a	86.411 €	0 €	86.411 €
Professora Doutora Maria Cristina Pinto Brás Roque	66.724 €	n.a	66.724 €	0 €	66.724 €
Enf.ª Maria do Rosário dos Reis Vieira Rodrigues	61.316 €	n.a	61.316 €	0 €	61.316 €
			420.649 €	- €	420.649 €

(1) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, na lei 75/2014, de 12 setembro e na lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
Nome	Valor/dia	Montante pago	Identificar	Encargo anual			Identificar	Valor
Dr. António Franklim Ribeiro Ramos	4,77 €	1.070 €	CGA	15.863 €	0 €	0 €	-	0 €
Dr.ª Maria Manuela Mota Duarte	4,77 €	1.070 €	SS	10.845 €	0 €	0 €	-	0 €
Dr. Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva	4,77 €	691 €	SS	7.746 €	0 €	0 €	-	0 €
Dr. António Manuel Fradão	4,77 €	1.070 €	CGA	16.805 €	0 €	0 €	-	0 €
Professora Doutora Maria Cristina Pinto Brás Roque	4,77 €	691 €	CGA	8.664 €	0 €	0 €	-	0 €
Enf.ª Maria do Rosário dos Reis Vieira Rodrigues	4,77 €	691 €	CGA	7.746 €	0 €	0 €	-	0 €
		5.283 €		59.005 €	0 €	0 €		0 €

a) Valores estimados ao ano

Remunerações 2016

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)		
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de origem	Entidade Pagadora (O/D)
2014/2016	Presidente	Dr. Franklim Ramos	Resolução nº. 23/2014 de 28/08	29-08-2014	Sim	ULSAM	ULSAM
2014/2016	Vogal Executivo	Dr. Pedro Miguel Silva Morais			Não	ULSAM	ULSAM
2014/2016	Vogal Executivo	Dr.ª Manuela Duarte			Não	ULSAM	ULSAM
2014/2016	Diretor Clínico	Dr. António Manuel Fradão			Sim	ULSAM	ULSAM
2014/2016	Enfermeira Diretora	Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto			Não	ULSAM	ULSAM

(1) Indicar resolução

(2) Opção pela remuneração do Lugar de origem - previsto no n.º 6 do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do CA	Acumulações de funções		
Nome	Entidade	Função	Regime (Público/Privado)
Dr. Franklim Ramos			
Dr. Pedro Miguel Silva Morais	CESPU e Univers. Católica	Docente	Público
Dr.ª Manuela Duarte			
Dr. António Manuel Fradão			
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto			

Membro do CA	Estatuto de Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
Nome	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas Representação
Dr. Franklim Ramos	S	B	4.770,80 €	1.397,89 €
Dr. Pedro Morais	S	B	3.261,54 €	1.304,54 €
Dr.ª Manuela Duarte	S	B	3.261,54 €	1.304,54 €
Dr. António Manuel Fradão	S	B	5.054,04 €	1.304,54 €
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	S	B	3.261,54 €	1.304,54 €
			19.609,46 €	6.616,05 €

Membro do CA	Remuneração Anual (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Bruta (3) = (1)+(2)	Redução remuneratória (4)	Reversão Remuneratória (5)	Valor final (6) = (3)-(4)+(5)
Dr. Franklim Ramos	83.869,72 €	- €	83.869,72 €	2.563,82 €	- €	81.305,90 €
Dr. Pedro Morais	61.316,04 €	- €	61.316,04 €	1.834,16 €	- €	59.481,88 €
Dr.ª Manuela Duarte	61.316,04 €	- €	61.316,04 €	1.834,16 €	- €	59.481,88 €
Dr. António Manuel Fradão	86.411,04 €	- €	86.411,04 €	2.642,84 €	- €	83.768,20 €
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	61.316,04 €	- €	61.316,04 €	4.244,97 €	- €	57.071,07 €
			354.228,88 €	13.119,95 €	- €	341.108,93 €

(1) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, na lei 75/2014, de 12 setembro e na lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Valor do subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Vida	Encargo Anual Seguro de Saúde	Outros
Nome	Valor/dia	Encargo anual da entidade	Identificador	Encargo anual da entidade			
Dr. Franklim Ramos	4,27 €	1.024,80 €	CGA	15.445,69 €	- €	- €	
Dr. Pedro Morais	4,27 €	986,37 €	SS	10.520,54 €	- €	- €	
Dr.ª Manuela Duarte	4,27 €	1.054,69 €	SS	10.520,54 €	- €	- €	
Dr. António Manuel Fradão	4,27 €	986,37 €	CGA	16.288,54 €	- €	- €	
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	4,27 €	858,27 €	CGA	10.451,34 €	- €	- €	
		4.910,50 €		63.226,65 €	- €	- €	

Membro do CA	Encargos com viaturas - 2016							
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano termo	Valor da Renda Mensal	Gasto anual com Rendas
Nome	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]
Dr. Franklim Ramos	N	N	39.999,99	Aquisição	2004	-	-	
Dr.ª Manuela Duarte	N	N	39.999,47	Aquisição	2004	-	-	
Dr. António Manuel Fradão	N	S	15.306,00	Outra (AOV)	2012	2016	216,04	2.592,48
Dr. Pedro Morais	N	S	19.366,14	Outra (AOV)	2015	2016	429,63	5.155,56
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	N	N	36.491,85	Aquisição	2004	-	-	

(1) Aquisição; ALD; Leasing

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço 2016 (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Dr. Franklim Ramos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Dr. Pedro Morais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Dr.ª Manuela Duarte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Dr. António Manuel Fradão	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações		
	Plafond Mensal Definido	Valor anual	Observações
Dr. Franklim Ramos	78	358 €	
Dr. Pedro Morais	38	386 €	
Dr.ª Manuela Duarte	38	428 €	
Dr. António Manuel Fradão	38	362 €	
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	38	341 €	
		1.875 €	

Nome	Plafond Mensal Definido	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro
Dr. Franklim Ramos	-	1.252,80 €	1.141,55 €	-	170,36 €
Dr.ª Manuela Duarte	-	624,34 €	57,56 €	-	161,74 €
Dr. Pedro Morais	-	3.135,00 €	1.875,00 €	-	444,36 €
Dr. António Manuel Fradão	-	962,00 €	36,11 €	-	180,00 €
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	-	1.179,20 €	44,36 €	-	159,36 €

Remunerações 2015

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração Anual (€)			
			Doc	Data	Fixa	Outra	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
2014/2016	Presidente	Dr. Franklim Ramos	Resolução nº. 23/2014 de 28/08	29-08-2014	83.869,72 €	0	6.709,58 €	77.160,14 €
2014/2016	Vogal Executivo	Dr. Pedro Miguel Silva Morais			61.316,04 €	0	4.818,59 €	56.497,45 €
2014/2016	Vogal Executivo	Dr.ª Manuela Duarte			61.316,04 €	0	4.818,59 €	56.497,45 €
2014/2016	Diretor Clínico	Dr. António Manuel Fradão			86.411,04 €	0	7.439,25 €	78.971,79 €
2014/2016	Enfermeira Diretora	Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto			61.316,04 €	0	4.818,59 €	56.497,45 €
					354.228,88 €	- €	28.604,60 €	325.624,28 €

Nome	EGP				OPRLO
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas Representação	Identificar Entidade
	[S/N]	[A/B/C]	Valor (mensal)		[Identifica / n.a.]
Dr. Franklim Ramos	S	B	4.770,80 €	1.397,89 €	O
Dr. Pedro Morais	S	B	3.261,54 €	1.304,54 €	D
Dr.ª Manuela Duarte	S	B	3.261,54 €	1.304,54 €	D
Dr. António Manuel Fradão	S	B	5.054,04 €	1.304,54 €	O
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	S	B	3.261,54 €	1.304,54 €	D
			19.609,46 €	6.616,05 €	

Nome	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa **	Outra	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
Dr. Franklim Ramos	0	83.869,72 €	0	6.709,58 €	77.160,14 €
Dr. Pedro Morais	0	61.316,04 €	0	4.818,59 €	56.497,45 €
Dr.ª Manuela Duarte	0	61.316,04 €	0	4.818,59 €	56.497,45 €
Dr. António Manuel Fradão	0	86.411,04 €	0	7.439,25 €	78.971,79 €
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	0	61.316,04 €	0	4.818,59 €	56.497,45 €
		354.228,88 €	- €	28.604,60 €	325.624,28 €

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

Nome	Sub. Refeição (€)	Benefícios Sociais (€)				
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros
		Identificar	Valor			
Dr. Franklim Ramos	1.037,61 €	CGA	8.487,65 €	- €	- €	- €
Dr. Pedro Morais	1.003,45 €	SS	6.214,63 €	- €	- €	- €
Dr.ª Manuela Duarte	1.024,80 €	SS	6.214,63 €	- €	- €	- €
Dr. António Manuel Fradão	721,63 €	CGA	8.686,88 €	- €	- €	- €
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	956,48 €	CGA	6.214,71 €	- €	- €	- €
	4.743,97 €		35.818,50 €	- €	- €	- €

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr. Franklim Ramos	70,00 €	354,64 €	
Dr. Pedro Morais	30,00 €	184,00 €	
Dr.ª Manuela Duarte	30,00 €	340,00 €	
Dr. António Manuel Fradão	30,00 €	39,45 €	
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	30,00 €	232,05 €	

Encargos com Viaturas							
Nome	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano termo	Valor da Renda Mensal
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]
Dr. Franklim Ramos	N	N	39.999,99	Aquisição	2004	-	
Dr.ª Manuela Duarte	N	N	39.999,47	Aquisição	2004	-	
Dr. António Manuel Fradão	N	S	15.306,00	Outra (AOV)	2012	2016	216,04
Dr. Pedro Morais	N	S	19.366,14	Outra (AOV)	2015	2016	429,63
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	N	N	36.491,85	Aquisição	2004	-	

Nome	Plafond Mensal Definido	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro
Dr. Franklim Ramos	N/A	1.393,50 €	1.150,00 €		
Dr.ª Manuela Duarte	N/A	364,25 €	-		
Dr. Pedro Morais	N/A	3.057,00 €	1.695,00 €		
Dr. António Manuel Fradão	N/A	583,00 €	7,65 €		
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	N/A	1.697,00 €	0,55 €		

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço 2015 (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Dr. Franklim Ramos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Dr. Pedro Morais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Dr.ª Manuela Duarte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Dr. António Manuel Fradão	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Enf.ª Maria do Céu Faia Galvão Pinto	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

2. Fiscal Único

2014 - 2016

Para o triénio 2018-2020 ainda não foi nomeados o ROC.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de Anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	Número de registo na CMVM	Forma	Data	Data de contrato		
2014/2016	ROC	Ribeiro, Pires & Sousa, SROC n.º 90 Representado por Dr. Rui Alberto Machado de Sousa	SROC N.º. 90	SROC N.º. 20161417	Despacho da Secretária de Estado do Tesouro	18-11-2014	01-12-2014	5	4
			ROC N.º. 668	ROC N.º. 20160310					
2014/2016	Suplente	Dr. Manuel Calvão Pires	ROC N.º. 672	ROC N.º. 20160313	Despacho da Secretária de Estado do Tesouro	18-11-2014	01-12-2014	5	4

ROC	2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Ribeiro, Pires, Sousa SROC n.º 90, Representado por Dr. Rui Alberto Machado de Sousa	15.412,80 €	0,00 €	15.412,80 €	-	-	-	-

Nome ROC/FU	2016			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2016 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Ribeiro, Pires & Sousa, SROC n.º 90 Representado por Dr. Rui Alberto Machado de Sousa	15.412,80 €	-	15.412,80 €	-	-	-	-

ROC/FU

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Contratada (+iva)
		Nome	Número	Doc (1)	Data	
2014/2016	ROC	Ribeiro, Pires, Sousa & Associados, SROC, Lda (SROC 90) Representado por Dr. Rui Alberto Machado de Sousa	90	Despacho da Secretária de Estado do Tesouro	18-11-2014	15.412,80 €
2014/2016	Suplente	Dr. Manuel Calvão Pires	672	Despacho da Secretária de Estado do Tesouro	18-11-2014	

Funções e Responsabilidades

1. Conselho de Administração (2017 – 2019)

O Conselho de Administração deliberou, em 16 de maio de 2017, proceder à seguinte distribuição de pelouros:

Presidente do Conselho de Administração - Dr. António Franklim Ribeiro Ramos:

Como *Presidente do Conselho de Administração* sem prejuízo das suas competências específicas constantes no artigo oitavo dos estatutos:

- Auditor Interno;
- Gabinete de Planeamento e Informação para a Gestão;
- Gabinete de Comunicação;
- Serviço de Gestão de Recursos Humanos;
- Serviço de Gestão de Sistemas de informação e Comunicações.

Vogal - Dr.^a Maria Manuela Mota Duarte:

- Gabinete Jurídico;
- Serviço de Esterilização;
- Serviço de Aprovisionamento;
- Serviço de Instalações e Equipamentos;
- Serviço de Gestão das Relações com Utente e Entidades Externas Prestadoras de Serviços.

Vogal - Dr. Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva:

- Secretariado do Conselho de Administração;
- Serviço Farmacêutico;
- Serviço Hoteleiro e de Apoio Geral;
- Serviço de Gestão Financeira;
- Gabinete de relação com o poder local (a criar);
- Supervisão do Departamento de Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Minho (DACES).

Diretor Clínico para a área dos cuidados de saúde primários - Dr. António Manuel Monteiro Fradão / Dr.ª Fátima Cristina Mira da Fonseca com efeitos a partir de 18/05/2018 (sem prejuízo das competências próprias previstas no artigo 9º dos estatutos):

- Supervisão da prestação de cuidados médicos;
- O acompanhamento, monitorização e controlo da atividade no âmbito dos cuidados primários, bem como do fornecimento dos MCDT e medicamentos;
- Gabinete da Qualidade e do Utente, no âmbito do Utente;
- Gabinete de Planeamento para a Saúde;
- Responsável de acesso à informação (RAI).

Diretora Clínica para a área dos cuidados hospitalares - Professora Doutora Maria Cristina Pinto Brás Roque (sem prejuízo das competências próprias previstas no artigo 9º dos estatutos):

- Supervisão da prestação de cuidados médicos;
- O acompanhamento, monitorização e controlo da atividade médica, no âmbito da referência, fornecimento dos MCDT e medicamentos;
- Gabinete de Gestão de Risco Clínico;
- Serviço de Codificação e Gestão de Informação Clínica Hospitalar;
- Serviço de Nutrição e Alimentação;
- Serviço de Saúde Ocupacional/Saúde do Trabalho.

Enfermeira Diretora - Enf.ª Maria do Rosário dos Reis Vieira Rodrigues (sem prejuízo das competências próprias previstas no artigo décimo dos mesmos estatutos):

- Gabinete da Qualidade e do Utente, no âmbito do Qualidade;
- Serviço Social;
- Serviço de Assistência Espiritual e Religiosa.

Síntese Curricular

1. Membros do Conselho de Administração

Mandato 2017 - 2019

1.1. Administradores Executivos

1.1.1. Presidente CA – Dr. António Franklim Ribeiro Ramos

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2017 de 04 de maio)

Data de Nascimento: 10 de Dezembro de 1955

Licenciado em Medicina, pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, em 1981.

Obteve o grau de Assistente Hospitalar de Anatomia Patológica em 1991, após frequência do Internato Complementar no Hospital Geral de Santo António e, no mesmo ano, obteve também o título de Especialista de Anatomia Patológica pela Ordem dos Médicos.

Provido no lugar de Assistente Hospitalar de Anatomia Patológica no Hospital de Santa Luzia em 1991 e, no mesmo ano nomeado Diretor do Serviço.

Nomeado Diretor do Departamento de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, em 1998, cargo que exerceu até 2008.

Obteve o grau de Consultor da Carreira Médica Hospitalar em 1999.

Em 2001 conclui MBA — Internacional, Master em Direção-Geral de Empresas (EUDEME).

Exerceu funções de direção do Serviço de Imuno-hemoterapia em 2004 e 2005.

Em 2004 foi-lhe conferida pela Ordem dos Médicos competência em Gestão de Serviços de Saúde.

Provido no lugar de Chefe de Serviço de Anatomia Patológica do Hospital de Santa Luzia, em 2004.

Nomeado Diretor Clínico da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE, de 2008 a 2010.

Em 2012 realizou o Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde da AESE Business School.

Nomeado Presidente do Conselho de Administração e Diretor Clínico — área hospitalar da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE, pelo Despacho dos Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Saúde n.º 15965/2011, de 24 de novembro, para o triénio 2011 -2013.

Nomeado desde 2014 Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2014, de 3 de setembro.

1.1.2. Diretor Clínico para a área dos cuidados de saúde primários – Dr. António Manuel Monteiro Fradão

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2017 de 04 de maio)

Data de Nascimento: 23 de Maio de 1955

Habilitações Académicas: Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra em 23/07/1979.

Internato de Policlínica; Hospitais da Universidade de Coimbra de 1/1/2980 a 31/12/1981.

Formação – 30 setembro 2013 a 16 de dezembro 2013, Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde – PADIS.

Atividade Profissional:

01/02/1982 – 31/12/1982 – Presta Serviço Médico à Periferia no Centro de Saúde de Manteigas;

01/12/1983 – Ingressa na Carreira Médica de Clínica Geral no Centro de Saúde de Ponte da Barca;

08/03/1990 – Nomeado Diretor do Centro de Saúde de Ponte da Barca;

31/03/1992 – Transita para a categoria de assistente de Clínica Geral;

13/01/1995 – Nomeado Adjunto do Delegado de Saúde de Ponte da Barca por despacho do Diretor-geral da Saúde;

06/07/1995 – Progressão para a categoria de Assistente Graduado de Clínica Geral na sequência de concurso de habilitações ao grau de Consultor;

07/09/1995 – 31/05/1996 – Coordenador da Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo após despacho do Ministro da Saúde;

01/06/1996 – 15/05/2009 – Diretor do Centro de Saúde de Ponte da Barca;

30/05/2001 – Colocado como Chefe de Serviço da Carreira Médica de Clínica Geral, no Centro de Saúde de Ponte da Barca, após concurso com provas públicas;

12/05/2009 a 13/12/2010 – Presidente do Conselho Clínico do Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Minho.

12/05/2010 a 31/08/2012 – Diretor do Departamento do agrupamento de Centros de Saúde do Alto Minho.

De 01 de setembro de 2012 a 28 de agosto de 2014, Vogal do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE - Diretor Clínico para os Cuidados de Saúde Primários.

A partir de 29 de agosto de 2014 - Vogal Executivo do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE — Diretor Clínico.

1.1.3. Diretora Clínica para a área dos cuidados hospitalares – Professora Doutora Maria Cristina Pinto Brás Roque

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2017 de 04 de maio)

Data de Nascimento: 06 de fevereiro de 1960

Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em 1984

Em 1991, concluiu o Internato Complementar de Medicina Interna nos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Em 1992, submeteu -se ao Exame de Especialidade de Medicina Interna pela Ordem dos Médicos, tendo sido aprovada por Unanimidade e Distinção.

Em 1994, após concurso de provimento, passou a desempenhar funções de Assistente Hospitalar de Medicina Interna no Hospital de Santa Luzia de Viana do Castelo.

Entre 1995 e 1999 frequentou o Mestrado de Nutrição Clínica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, tendo-lhe sido atribuída a informação final de Muito Bom com Distinção, com 18 (dezoito) valores.

De 1995 a 2015, foi responsável pela organização e funcionamento da Consulta de Diabetes Mellitus no Hospital de Santa Luzia de Viana do Castelo, integrando -se, a partir de 1998, no Programa de Gestão Integrada em Cuidados de Saúde para a Diabetes Mellitus — ARS Norte.

No ano de 1999, após provas públicas, obteve o Grau de Consultor de Medicina Interna.

Em 2006 -2007, exerceu o cargo de Diretora do Serviço de Medicina 2 do Hospital Conde de Bertiandos em Ponte de Lima, na altura, parte integrante do Centro Hospitalar do Alto Minho, E. P. E.

Entre 2007 e 2013, frequentou o Curso de Doutoramento em Ciências da Saúde (Pré - Bolonha), ramo de Medicina, especialidade de Medicina Interna (Medicina Interna), da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, tendo sido aprovada com Distinção e Louvor, por unanimidade.

Entre 2013 e 2015, integrou a Unidade Coordenadora Funcional da Diabetes (UCFD) da ULSAM, E. P. E., por delegação de funções da Direção Clínica da ULSAM, E. P. E.

Em 2009, foi nomeada para a Direção do Serviço de Consulta Externa do Hospital de Santa Luzia de Viana do Castelo e, desde 2016, Diretora do Departamento da Consulta Externa e Adjunta da Direção Clínica para a área hospitalar da ULSAM, E. P. E.

É ainda responsável local pelo cumprimento do Regulamento da Consulta a Tempo e Horas (CTH) e pela coordenação do Centro de Perfusão Subcutânea Contínua de Insulina.

Coordena o Centro de Ensaio Clínicos e Centro de Investigação Académica da ULSAM, E. P. E. e participa como investigadora principal em vários estudos e ensaios clínicos multicêntricos nacionais e internacionais, nomeadamente na área da Diabetes Mellitus.

1.1.4. Vogal do CA – Dr.ª Maria Manuela Mota Duarte

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2017 de 04 de maio)

Data de Nascimento: 9 de Novembro de 1969

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1996.

Pós -graduação em Direito da Medicina, pelo Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1999.

Curso de especialização em Administração Hospitalar, ministrado na Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa, em 2000.

Realizou o HOPE — programa europeu de intercâmbio para profissionais de saúde em maio 2001/junho 2001, no Hôpital Franco -Britannique, em Paris.

Concluiu o XV PADIS — Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde, na AESE, em dezembro de 2013.

Da sua experiência profissional salienta o Estágio seguido de exercício de advocacia, no período de 1996/2000.

Em 2000/2001, exerceu funções como assessora da Administradora Delegada no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.

Em 2001/2003 foi nomeada Administradora Delegada do Hospital Psiquiátrico do Lorvão.

De 2004 a 2005 exerceu funções de Assessora do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Alto Minho, S. A.

De 2006 a 2010 desempenhou a sua atividade enquanto Gestora do Departamento de Cirurgia, daquele Centro Hospitalar.

Desde 1 de janeiro de 2011, é Vogal do Conselho de Administração da ULSAM, E. P. E.

Atualmente com áreas de responsabilidade atribuídas do Gabinete Jurídico, Serviço Hoteleiro e de Apoio Geral, Serviço de Gestão das Relações com utentes e entidades prestadoras de serviços e Serviço de Codificação e Gestão da Informação Clínica Hospitalar (no âmbito da Gestão da Informação Clínica Hospitalar).

Desde outubro de 2013, responsável pelo Serviço de Instalações e Equipamentos e Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho. Membro do Conselho Coordenador da Avaliação desde 2008.

1.1.5. Vogal do CA – Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2017 de 04 de maio)

Data de Nascimento: 4 de Setembro de 1973

Experiência Profissional:

Desde novembro de 2013 que exerce funções de Vereador na Câmara Municipal de Caminha.

2010 -2013 — Vice-presidente, Vogal Executivo do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., e Diretor Executivo do ACES do Alto Minho (desde 2012).

2009 -2010 — Auditor Interno na Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E.

2007 -2009 — Assessor Parlamentar na Assembleia da República da Comissão de Orçamento e Finanças e Comissão de Economia.

2003 -2007 — Técnico superior de Contabilidade na Sub -Região de Saúde de Viana do Castelo.

1996 -2003 — Técnico Oficial de Contas na Siltor - Contabilidade, Comércio e Serviços, Lda.

Educação e formação:

Licenciatura em Gestão de Empresas pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Formação Complementar:

2011 — PADIS AESE — Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde.

2010 — Master Executive em Auditoria e Controlo de Gestão — UCP.

2009 — Doutorando em Contabilidade e Finanças na Universidade de Vigo.

2007 — Ano Curricular do Doutoramento em Contabilidade e Finanças na Universidade de Vigo.

1999 — Curso Inglês (nível 3 Cambridge) — Instituto Paul M. Wickes.

Aptidões e Competências pessoais:

Língua materna: português.

Inglês: (F/E/L) nível 3 (PET) de Cambridge.

Espanhol: Fluência a nível oral e de leitura e conhecimentos suficientes a nível escrito.

Conhecimentos de informática:

Conhecimento de MS Windows, MS Office e SAGE Infologia.

1.1.6. Enfermeira Diretora – Enf.^a Maria do Rosário dos Reis Vieira Rodrigues

Enfermeira Especialista em Enfermagem Comunitária.

Formação académica:

2010 — Curso de Especialização em Epidemiologia, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

1997 -1999 — Licenciatura em Enfermagem na Comunidade, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

1990 -1993 — Curso Superior de Enfermagem, Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo.

Experiência profissional:

Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E.:

2014 -2017 — Adjunta da Enfermeira Diretora para a Área dos Cuidados de Saúde Primários, Integra a Comissão Executiva Permanente da Direção de Enfermagem, Conselho Coordenador de Avaliação.

2014 -2017 — Vogal do Conselho Clínico e de Saúde do ACeS do Alto Minho, Integra a Equipa de Prevenção da Violência em Adultos, Unidade Coordenadora Funcional de Saúde da Mulher, Materna e Neonatal, Comissão de Normalização de Consumos, Presidente de Júri de Concurso.

2016 -2017 — Coordenadora da Unidade de Formação.

2011 -2014 — Planeamento e Controlo de Gestão, Área Técnica.

2008 -2011 — Unidade de Saúde Pública do Alto Minho, Enfermeira Especialista em Enfermagem Comunitária, integra o Grupo Coordenador Institucional de Abordagem da Violência contra os Profissionais de Saúde no Local de Trabalho, Equipa técnica do Serviço de Formação, Equipa Local de Acompanhamento da Gripe A, Coautora do Projeto Sistemas de Informação em Enfermagem da ULSAM, E. P. E., Examinadora distrital para o Programa WHO European Childhood Obesity Surveillance Initiative, Supervisão Clínica em Enfermagem.

Sub -Região de Saúde de Viana do Castelo:

2002 -2008 — Centro de Saúde de Ponte de Lima, Enfermeira Especialista em Enfermagem Comunitária, Formadora e Dinamizadora Distrital para a promoção dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e Sistemas de Informação em Enfermagem, Supervisão Clínica em Enfermagem.

Sub -Região de Saúde do Porto:

2000 -2002 — Centro de Saúde da Póvoa de Varzim, Enfermeira Especialista em Enfermagem Comunitária, Gestão da Equipa de Enfermagem e dos Cuidados de Enfermagem do Centro de Estudos e Apoio à Paramiloidose.

Hospital de Santa Luzia de Viana do Castelo:

1994 -2000 — Serviço de Ortopedia Mulheres, Enfermeira e Enfermeira Graduada.

1.1.7. Diretora Clínica para a área dos cuidados de saúde primários – Dr.ª Fátima Cristina

Mira Fonseca

Licenciatura em Medicina pelo ICBAS da Universidade do Porto em 1990/1996.

Especialista em Medicina Geral e Familiar desde 2002.

Assistente Graduada com grau de consultor da especialidade médica de Medicina Geral e Familiar desde 2016.

Presidente do Conselho Clínico e de Saúde do ACES do Alto Minho desde 02 de maio de 2018.

Coordenadora da Unidade de Saúde Familiar Tiago de Almeida, Centro de Saúde de Viana do Castelo, ULSAM, de outubro de 2015 a março de 2018. Coordenou a candidatura da USF a modelo B, com parecer técnico «Aprovado» com 96,8 % de concretização.

Elemento médico do Conselho Técnico da Unidade de Saúde Familiar Tiago de Almeida, Centro de Saúde de Viana do Castelo, ULSAM, de dezembro de 2013 a setembro de 2015.

Coordenadora da Unidade Coordenadora Funcional da Diabetes do Alto Minho em 2013/2015.

Vogal efetiva indicada pela Ordem dos Médicos do Júri de avaliação final do internato da área de especialização em Medicina Geral e Familiar, do internato médico MGF da Zona Norte, época de janeiro/fevereiro 2013.

Formadora da Unidade de Investigação e Ensino do Centro Regional de Alcoologia do Norte em 2007.

Interlocutora distrital do Programa de Intervenção em Alcoologia de âmbito sub -regional da sub -região de Saúde de Viana do Castelo em 2003/2005.

Participação em formações no âmbito da formação de executivos, realizadas pela Católica - Lisbon School of Business & Economics da Universidade Católica Portuguesa.

Em 2017, ciclo de seminários «Ética em Saúde e Negociação». Em 2015, workshop «Liderar e Construir um Projeto de Mudança».

2. Fiscal Único

Mandato 2014 - 2016

Identificação

Ribeiro, Pires & Sousa, Sociedade de Revisores Oficial de Contas, Pessoa Coletiva n.º 502 481 641, inscrita na OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob n.º 90 e registada na CMVM – Comissão de Mercados de Valores Mobiliários sob o n.º 20161417.

Sede: Rua Damião de Góis, n.º 389-A Fração BA, 40-227

Telefone: 225072500; Fax: 222003734

E-mail: rpssroc@rpssroc.pt

Web: www.rpssroc.pt

Organização

A sociedade foi constituída em 1990, sob a forma de sociedade civil, em obediência ao estatuído para os Revisores Oficiais de Contas (DL n.º 487/99, de 16 de Novembro), inicialmente com três sócios, todos Revisores Oficiais de Contas, tem atualmente dois sócios Revisores Oficiais de Contas, e ambos administradores da sociedade:

- Rui Alberto Machado de Sousa, Licenciado em Auditoria, Revisor Oficial de Contas desde 1989, foi inspetor de finanças do quadro da Inspeção de Empresas da Inspeção Geral de Finanças de 1975 a 1990, foi vogal do Conselho Diretivo da OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (1995 a 1997), tendo presidido à Comissão de Controlo de Qualidade e representado a OROC na FEE nos Grupos de Trabalho sobre: “The Role, Position and and Liability of the Statutory Auditor in EU”, e “Platform SME”. Membro do Conselho Superior da OROC (2009 a 2011), eleito vogal do Conselho Disciplinar da OROC (2012 a 2014). Monitor em ações da formação para a OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, nas áreas de Auditoria, Contabilidade e Fiscalidade e docente do Ensino Superior.
- Manuel Calvão Pires, Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, em 1982, Revisor Oficial de Contas desde 1989, foi inspetor de finanças da Inspeção Geral de Finanças de 1975 a 1990. Pós-graduação em Gestão Financeira Internacional, pela Faculdade de Economia do Porto e Curso de Especialização em Processo Tributário pelo Instituto Superior de Gestão.

3. Conselho Consultivo

Mandato 2014 - 2016

Presidente: Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes

Desp MS n.º 13477/2014 de 20 de Outubro

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Advogado em Fafe.

Cargos Exercidos: Profissionais

- Presidente da Direcção da Ensino, Investigação e Administração SA, entidade titular da Universidade Atlântica, de Julho de 1999 a Março de 2002.
- Consultor da EFACEC, SA • Presidente da Assembleia Geral do Centro Hellen Keller
- Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Fafe (de 1977 a 1981)
- Vice-Presidente da Comissão Política Distrital de Braga (de 1984 a 1993)
- Membro do Conselho de Jurisdição Nacional (XI Congresso Nacional do PSD – 1984)
- Vogal da Comissão Política Nacional do PSD (de 1985 a 1995)
- Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD (de 1995 a 1996)
- Presidente da Comissão Política Nacional, eleito no XXVII Congresso do PSD – Pombal, Abril 2005 (de Abril de 2005 a Setembro de 2007)

Oficiais

- Secretário do Governador Civil de Braga (de Outubro/75 a Novembro/76) • Adjunto do Governador Civil de Braga (de Fevereiro/80 a Dezembro/82)
- Vereador a tempo inteiro e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Fafe (de Janeiro/77 a Novembro/85)
- Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto para os Assuntos Parlamentares no X Governo Constitucional
- Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no XI Governo Constitucional
- Ministro Adjunto no XII Governo Constitucional
- Deputado à Assembleia da República, pelo Circulo Eleitoral de Viana do Castelo, em 1991
- Deputado à Assembleia da República, pelo Circulo Eleitoral de Braga, em 1987 e 1995
- Deputado à Assembleia da República, pelo Circulo Eleitoral de Aveiro, em 1999
- Presidente do Grupo Parlamentar do PSD / VII Legislatura (de 1995 a 1999)

- Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação (VIII Legislatura 1999/2002)
- Deputado à Assembleia da República, pelo Círculo Eleitoral de Aveiro, em 2002
- Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras (concelho onde reside), de 1997 a 2005
- Ministro dos Assuntos Parlamentares no XV Governo Constitucional. • Deputado à Assembleia da República, pelo Círculo Eleitoral de Aveiro, em 2005

Distínções

- Agraciado pelo Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (2008)

4. Conselho Fiscal

Mandato 2018 - 2020

Presidente:

Carlos Alberto da Silva e Cunha detém um Diploma de Estudos Avançados (Programa curricular de Doutoramento em Ciências Empresariais) da Universidade de Vigo, Espanha. É Mestre em Contabilidade e Administração pela Universidade do Minho e tem curso de Pós-Graduação “O Impacto do Euro nas Empresas” pelo Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais. É licenciado em Auditoria e Diplomado com o curso de Estudos Superiores Especializados em Auditoria pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, é ainda diplomado com o curso de Contabilidade pelo Instituto Comercial do Porto. É Revisor Oficial de Contas, inscrito na Lista Oficial desde março de 1990. Exerce ainda funções de Professor convidado a lecionar na Escola de Economia e Gestão (Universidade do Minho), tendo também lecionado na Universidade Lusíada (Porto), a cadeira de Auditoria. Em 2008 e 2009 foi convidado a lecionar no Curso de Pós graduação “Gestão de Fraude”, promovido pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. É Presidente do Conselho Superior da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, no mandato 2018/2020. Foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, no mandato 2015/2017. É Vice-Presidente da Comissão de Estágio da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aí tendo também exercido funções de Controlador - Relator da Comissão de Controlo da Qualidade. Foi membro do Conselho Fiscal de empresa cotada na Bolsa de Lisboa, durante três mandatos, desde 2008 até 2017. É Membro do Conselho Geral da APECA. É autor de alguns livros e artigos publicados no país e no estrangeiro.

Vogal:

André Miguel Andrade e Silva Junqueira Mendonça, 40 anos, é licenciado em Economia pela Universidade Portucalense, tendo sido corresponsável pela preparação e apresentação da disciplina “Auditoria II” no âmbito do curso de pós-graduação em Auditoria e fiscalidade da Universidade Católica Portuguesa. Foi ainda formador interno na KPMG & Associados, SROC, S.A.. Em setembro de 2000 iniciou a sua experiência profissional na KPMG & Associados, SROC, S.A. onde trabalhou até maio de 2009, data em que aceitou o convite feito pela Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. (NEXIA Portugal). É Membro efetivo da Ordem dos Economistas e da Ordem dos Contabilistas Certificados. É revisor oficial de contas desde 2011, sendo também membro efetivo da respetiva Ordem. Atualmente, para além das funções de revisor oficial de contas, é administrador único da Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. (NEXIA Portugal). É atualmente sócio responsável da Sociedade em diferentes trabalhos junto de Instituições Financeiras, Entidades do Ministério da Saúde e empresas, nacionais e internacionais, de uma grande variedade de áreas de negócio.

Vogal:

Ana Filipa dos Santos Gonçalves

1. Habilitações Literárias

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa, concluída em 1991.

2. Atividade profissional

Inspetora na Inspeção-Geral de Finanças (IGF), desde 1992.

3. Experiência profissional:

Entre 1992 e 1999, integrou várias equipas na Inspeção-Geral de Finanças, na área da inspeção de empresas, tendo realizado diversos exames e auditorias de natureza jurídica e financeira em entidades públicas e privadas, nomeadamente quando sujeitas a relações financeiras com o Estado por atribuição de fundos comunitários.

Desde 2000, realizou diversas auditorias e controlos também de natureza jurídica e financeira, nos domínios orçamental, económico e financeiro, designadamente em entidades que integram o Setor Empresarial do Estado, de acordo com os princípios da legalidade, regularidade e da boa gestão financeira, bem como ações de avaliação da fiabilidade dos

sistemas de controlo interno de diversas entidades públicas empresariais e de apoio técnico especializado ao Ministério das Finanças.

Vogal Suplente:

Ana Luisa Louro da Graça Peixito Soares

Licenciada em Gestão na área Económica - Financeira pelo Instituto Superior de Gestão em Lisboa, em 1991;

Pós-graduada em Estudos Europeus pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, em 1996.

Atividade profissional:

- Chefe de Divisão na Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental da Direção- Geral do Tesouro e Finanças (desde 1 de outubro de 2013);
- Adjunta do Secretário de Estado do Orçamento do XIX Governo Constitucional (de Fevereiro 2012 a Julho 2013);
- Chefe de Divisão na Direção de Serviços de Administração Financeira no Departamento Geral de Administração da Secretaria - Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (de setembro de 2009 a fevereiro de 2012);
- Técnica Superior na Direção de Serviços do Orçamento da Direção-Geral do Orçamento e no secretariado técnico do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras (de setembro de 2007 a setembro de 2009).
- Técnica Superior na Direção-Geral do Tesouro, onde exerceu funções essencialmente na Direção de Serviços de Tesouraria (de 1993 a setembro de 2007)

Outras funções desempenhadas:

- Secretária da Mesa da Assembleia Geral da EDIA-Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA (tríénio 2018-2021)
- Presidente do Conselho Fiscal da Administração do Porto de Aveiro, SA (tríénio 2014-2017)
- Presidente do Conselho Fiscal da SOFID-Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, SA (tríénio 2013-2016)